

A FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO NORTE DO PARANÁ E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO: MARCOS HISTÓRICOS, DETERMINAÇÕES LEGAIS, REGISTROS E REFERENCIAIS.

THE ECONOMIC AND SOCIAL FORMATION OF THE NORTH OF PARANÁ AND THE EXPANSION OF EDUCATION: HISTORICAL FRAMEWORKS, LEGAL DETERMINATIONS, RECORDS AND REFERENCES.

Adálcia Canêdo da Silva Nogueira ¹

RESUMO

Esse texto é uma parte de uma pesquisa de Mestrado em Educação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina: *Marcos Possíveis para Reconstituir A História da Instituição Escolar Julia de Souza Wanderley: A Primeira Escola de Formação de Professores de Cornélio Procópio-Pr. (1953-1967)*. Toma como base de investigação, em primeiro lugar, as recentes fontes bibliográficas que materializaram a História do Paraná e do seu Norte Pioneiro, o movimento da História Nacional nos movimentos e ideias emergentes no transcorrer do século XX. Este estudo apresenta como possíveis resultantes uma indicação de potencial sistematização documental e uma emergente interpretação sócio-histórica referencial da realidade da história da Educação no Brasil e no Paraná em que se constituíram a ocupação econômica e a formação social do Norte Pioneiro do Paraná.

Palavras-Chave: História. História da Educação. Normal regional. História das instituições escolares.

ABSTRACT

This text is a chapter of the master's thesis presented to the Graduate Program in Education at the State University of Londrina: *Possible Milestones to Reconstitute the History of the Julia de Souza Wanderley School Institution: The First Teacher Training School of Cornélio Procópio-Pr . (1953-1967)*. It takes as its base of investigation, in the first place, the recent bibliographic sources that materialized the History of Paraná and its Northern Pioneer, the movement of National History in the movements and ideas emerging in the course of the 20th century. This study presents as possible results an indication of potential documentary systematization and an emerging socio-historical referential interpretation of the reality of history in Brazil and Paraná in which the economic occupation and social formation of the North Pioneiro do Paraná were constituted.

¹ Mestre em Educação pela UEL (Universidade Estadual de Londrina) Doutora em Educação pela UNICAMP, Professora da UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná). Email: adalciacanedo@uenp.edu.br

Keywords: History. History of Education. Normal regional. History of school institutions.

Introdução

Pretendemos contextualizar a ocupação econômica e a formação social do norte pioneiro, referência histórica e geográfica fundamental para o entendimento da pesquisa com centralidade temática na área da História da Educação em seu recorte regionalista. Nessa direção, buscaremos reconstruir algumas coordenadas históricas e políticas, já densamente analisadas por estudos de estrita investigação histórica, para encetar a presente proposição voltada para a dimensão de compreensão do fenômeno educacional. Esse intento decorre da opção metodológica que empreendemos, na qual não se pode entender a questão da educação separada das contradições econômicas e políticas.

Apresentaremos, ao final do artigo alguns eixos do acervo epistemológico e do embasamento teórico-metodológico, no campo da História das Instituições Escolares, para a possível sustentação de nossa dissertação. Nosso estudo situa-se na linha de pesquisa Perspectivas Filosóficas, Históricas e Políticas da Educação, institucionalmente localizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Nesse programa, esta linha visa pesquisar os fundamentos filosóficos e as principais matrizes históricas da educação brasileira, tal como essa vem se constituindo na pesquisa acadêmica em geral. A escolha nuclear da pesquisa situa-se na área temática da História da Educação. Por força da escolha metodológica já mencionada, não separaremos de maneira estanque a história de suas determinações econômicas e políticas, ou ainda as diretrizes filosóficas que sustentaram as conquistas materiais e simbólicas efetuadas no processo social.

Na amplitude da área de História da Educação limitamo-nos a assumir uma linha recentemente legitimada em nossa tradição de pesquisa denominada História das Instituições Escolares. Trata-se de um campo temático específico que tem como objetivo, entre outros fatores, a investigação dos marcos históricos, a recuperação e análise dos documentos, os condicionantes institucionais das representações sociais e materiais, de diferentes instituições escolares e educacionais, de modo a demonstrar a pluralidade e singularidade das unidades educacionais logrando decifrar suas contradições e possíveis identidades.

Nessa proposta não se concebe o sentido de uma instituição ou unidade escolar sem vinculá-lo a uma trama de relações que se materializam em suas representações. Isto quer dizer que o padrão arquitetônico, o mobiliário, a concepção espacial, os documentos históricos e as diretrizes pedagógicas, bem como suas pressuposições políticas, guardam estreitas relações e se constituem hoje em fontes históricas consideráveis.

1. História, Educação e Economia: conceitos e articulações.

Nossa primeira referência espacial, geográfica, histórica e cultural é precipuamente a consideração da identidade histórica do estado do Paraná. Segundo pesquisadores da filologia e se-

miologia indígena, PARANÃ tem um significado peculiar, que marca sua identidade cultural. Nos textos e relatos de Ramos (1999), em seu estudo de natureza lexo-semântica, o Paraná é o único dos três estados sulistas a ter nome de origem Tupi, que vem da justaposição de *pará*, - caudal, com *anã*, - parente, semelhante; donde se define o neologismo - semelhante ao caudal, mar, o que o liga semanticamente aos acidentes geográficos. Portanto, com alguma licença poética, podemos interpretar que Paraná é uma palavra indígena tupi-guarani que significa grande rio ou, para ser mais fiel, rio semelhante ao mar formada pelos vocábulos *parã* que significa mar e *nã* que quer dizer semelhante ou igual. Trata-se de um conceito geográfico, uma denominação dada ao grande Rio Paraná, chamado de Rio tão grande quanto o mar, para expressar a riqueza do vocábulo.

Os primeiros relatos que registram as paisagens e identidades geográficas do Paraná datam do século XVI, reduzidas a curtas observações de expedições estrangeiras e a alguns relatos esparsos de viajantes, produzidos na trilha de São Paulo para o Rio Grande do Sul, na chamada rota dos tropeiros que reunia a busca de carne e de outros alimentos, sobretudo o charque, processado no Rio Grande, para abastecer as vilas e feitorias paulistas e mineiras. Há o registro de existência de algumas expedições exploratórias de madeira e de outras entradas de grupos de sondagem para o extrativismo vegetal, a busca das chamadas –drogas do Sertão|| que eram usadas nas vilas coloniais e até na Europa, nas considerações de Wachovicz (1995), Steca e Flores (2008).

Segundo nos relatam os pioneiros estudos de Wachovicz (1995), no transcorrer do século XVII, ampliam-se as rotas de tropeiros e a descoberta de ouro em Minas Gerais, consolidada naquele século, exige a maior presença de comércio de charque, de abastecimento de animais, cavalos e mulas, além da atividade de busca do índio do sul, usado como escravo nas lavouras de São Paulo e Minas Gerais, núcleo do manifesto interesse do bandeirismo apresador. No século XVIII existiam caminhos e rotas de Minas Gerais e São Paulo para o Rio Grande do Sul e as Colônias de Sacramento, por um lado, e as rotas para Guairá, de outro, adentrando pelo Sertão até atingir a Foz do Iguaçu, chegando às colônias guaranis que marcam o território do atual Paraguai. Duas vilas somente existiam até o século XVIII: Curitiba (*Curi* quer dizer pinheiro, referindo-se à espécie *Araucária Brasiliensis* e *tiba* significa muito ou abundante) e a vila de Paranaguá, baseados na pesquisa anteriormente citada (RAMOS, 1999).

Nos séculos entre o XVI e o XIX a economia paulista, baseada na pecuária extensiva, na exploração agrícola e na atividade extrativista, se expande vertiginosamente, com a intensificação de expedições exploratórias e da lenta ocupação das fronteiras fluviais, pois os rios eram os limites e ofereciam as identidades desse território grandioso, livre e inexplorado, como aponta Scortegagna e outros pesquisadores, em texto referencial sobre aspectos históricos e geográficos da formação paranaense, Scortegagna (2005).

A emancipação do Paraná deu-se em 1853, desmembrando-se do Estado de São Paulo, contando então com poucas cidades e vilas, no meio do século e no auge do Segundo Reinado, imperado por Sua Majestade Dom Pedro II, que governou o Brasil até o fim da monarquia, ocorrida em

1889. Essa emancipação política tardia não configura, todavia, uma identidade peculiar na cultura ou na economia, visto que o Paraná não lograva reunir condições objetivas para a sustentação de um ciclo econômico autônomo, duradouro e forte, estando sempre manietado pelos interesses centrais do Império e sendo administrado pelas demandas das elites aristocratas latifundiárias, definidas pelas decisões dessas classes proprietárias de terras. A política de incentivo à presença do imigrante europeu, em vista da superação da escavidão e da mão de obra escrava, levada a cabo pelo Imperador D. Pedro II, encontrou nos estados do Sul uma geografia favorável, semelhante às terras europeias, com abundância de terras agriculturáveis, mão-de-obra igualmente abundante pelo esvaziamento de ofícios e trabalho dos ciclos extrativistas de ouro em Minas Gerais e do Café em São Paulo.

Podemos dizer que a formação econômica do Paraná, assim como sua formação social, se dá pela expansão da exploração extrativista, pela ampliação de fronteiras agrícolas e pelo assentamento de migrantes nacionais (mineiros, gaúchos, nordestinos, paulistas) e estrangeiros (italianos, eslavos, poloneses, russos, alemães, japoneses etc.). A história econômica do Paraná é a história da expropriação das terras ricas e abundantes, da exploração do homem pobre, não-proprietário, seja ele índio guarani ou *kaingangue*, do assentamento de colônias de imigrantes europeus e asiáticos em adensamentos agrários endógenos; todos estes processos próprios de economias agrárias pré-capitalistas, na linha de investigação histórica proposta por Wachovicz (1995).

A araucária, o cedro, a peroba, os ipês, a abundante e rica presença de madeira nobre da região, o mate e o pinhão, a exploração das ervas do sertão, a caça e a pesca, cada um desses processos exploratórios e extrativistas precede a organização do grande processo de colonização agrária do Café e a expansão das fronteiras produtivas de nosso sofrido e exaurido solo e sua pobre gente. Pesquisas e estudos retratam essa articulação entre economia, cultura e sociedade, conforme nos atestam Wachovicz (1995), Steca e Flores (2008) para ficar em alguns fundamentos matriciais.

Ruy Wachovicz (1987; 1995) relata que no intento de estabelecer a melhor rota para o Mato Grosso, a partir dos anos 1840, João da Silva Machado embrenha-se pelos sertões e realiza muitas viagens ao oeste do que viria a ser a Província do Paraná, chegando até o sul do Mato Grosso, com o objetivo maior de estabelecer uma via de comunicação fluvial entre Curitiba e Cuiabá, interligando as bacias dos rios Paraná e Paraguai, expedições essas que acabaram demarcando imensas posses territoriais através de seus comandantes, conforme Wachovicz (1987). Referimo-nos a João da Silva Machado, o Barão de Antonina, pelo seu protagonismo histórico no grande ciclo de exploração extrativista e de expansão de fronteiras. Esse ilustre senhor recebeu esta titulação por seus feitos na Revolta Liberal de Sorocaba de 1842, e também por sua ação junto aos índios, como grande proprietário de fazendas na província da São Paulo. Foi, porém, antes de barão um experiente tropeiro, depois fazendeiro, dono de grande rebanho bovino, engajado em investimentos econômicos privados, especificamente em comércio de animais.

Para dar conta de seus interesses mercantis precisava estabelecer uma rota fluvial e terrestre entre o litoral paranaense e a província do Mato Grosso, diminuindo distâncias entre a respectiva província e o Rio de Janeiro, independente das passagens por Buenos Aires e Assunção. Para isso, contrataria John Henry Elliot para a empreitada, segundo Kreps da Silva, na coletânea organizada por Scortegagna (2008) para definir os marcos geoeconômicos dessas terras, em vista de sua exploração agrária, de sua ocupação pastoril e de abundância de valorizada madeira. Nascido no ano de 1782 na Freguesia de Taquari, no Rio Grande do Sul, já nas duas primeiras décadas do século XIX havia posto em acúmulo amplo conhecimento no mercado de mulas e gado, tendo empreendido viagens do Rio Grande do Sul a Sorocaba, e de lá, alçou importante mercado de comércio animal, visando abastecer até o Maranhão e a Bahia. Os historiadores apontam o protagonismo desse rico comerciante e seu aliado, Manuel Gonçalves Guimarães, outro rico negociante de animais, e, com tal aliança, ampliam-se seus negócios solidificando sua ação no ramo de condutor de tropas, pois se consolidou na área comercial de negócios supra fronteiriços.

No período entre 1835 a 1843 ocorreu a grave convulsão social da província paulistana: a Revolta Liberal. Embora não seja nossa intenção nos aprofundarmos sobre esta Revolta nesta dissertação, buscaremos entender seu escopo principal, haja vista ter sido fator preponderante e ter influenciado sobremaneira as conseqüentes mudanças sobre o modo de vida de tropeiros que emergem na história do Norte do Paraná. Conforme nos relata um estudo histórico de Nunes (1998), a Revolta Liberal originou-se na insatisfação dos grupos oligárquicos regionais com a política centralizadora imperial de D. Pedro II, motivada pelo descontentamento de uma parcela de políticos liberais que vinham gradativamente perdendo a influência na Corte e que assim legitimam a insurreição de 1840. Dissolvido o Ministério liberal, retomam novamente o poder os Conservadores e os ditos Liberais, não aceitando a troca, iniciam a Revolta Liberal com a adesão de partidaristas de duas províncias: São Paulo e Minas Gerais, ainda de acordo com Nunes (1998).

Na província de São Paulo, o movimento da Coluna Libertadora que queria retomar o poder pela luta armada, marchando até ao Rio de Janeiro para supostamente empreender a derrubada do Governo Conservador. Essa marcha teve início a partir de Sorocaba, passando por Itu e Campinas. A Coroa, levando em consideração as revoltas de Sorocaba e Minas Gerais, além de outros movimentos libertários como a Revolução dos Farrapos, temendo uma possível união das duas forças revolucionárias organiza uma estratégia de defesa da região Sul. Liberais de São Paulo e Minas Gerais foram derrotados e presos, e os que conseguiram escapar dos destacamentos do então chefe nacional das forças ordinárias de repressão, o futuro Duque de Caxias, Luis Alves de Lima e Silva, refugiaram-se junto aos Guerrilheiros 28 farroupilhas. Calada a revolução, ao final de 1842, a trajetória econômica, legitimada pela aliança política conservadora, nos permite compreender o acúmulo de capital, assim como o sucesso no empreendimento colonialista no Norte do Paraná, recorte regional importante para a contextualização do objeto de nosso estudo. Favoreceu-se de muitas maneiras à posse da terra, diga-se de passagem, repressiva e dizimadora, junto aos numerosos índios ainda existentes e aldeados no Paraná, conforme nos relatam Kreps

e Vianna, ainda segundo registro de Scortegagna (2008). Esta compreensão causal, porém, não será abordada estruturalmente neste trabalho, pois seria potencial tema de outra legítima pesquisa histórica, visto que muitas derivações dessa realidade supostamente civilizatória, expressas em suas atividades econômicas, políticas e administrativas privadas, demonstram como a política da época empenhou-se no aldeamento dos índios, realizando o que chamaria de Bandeiras e Catequese.

Em 1846, o sertanista Joaquim Francisco Lopes, liderando o grupo de prospecção do agrimensur norte-americano que se tornara alto funcionário do Barão de Antonina, desejoso por tomar posse das terras exploradas nos sertões, optaria por seguir a rota das Reduções Jesuíticas Espanholas no Paraná, localizadas às margens dos rios Tibagi, Ivaí, Paranapanema e Itararé. Elliot, como geógrafo e oficial da marinha norte-americana que havia sido, possuía valiosas experiências como mapista e desenhista. Relatos historiográficos pouco explorados, como nos informa Vianna (2006), destacam que, seguindo o curso do Rio Tibagi encontrariam índios nômades e resquícios das missões jesuíticas, acabariam por fundar as cidades de Tibagi e a Colônia Militar de Jataizinho como estratégia de segurança e abastecimento.

Em entrevista, o Professor Mestre. Roberto Bondarick² nos aponta que nos Campos do Manho³, região conhecida como a Serra do Apucarana, por sua altura ou altitude, que possibilitava uma visão de longo alcance das terras e de suas possibilidades para o investimento a que se destinava a expedição, foi o ponto de observação para registros cartográficos da região, e como marca efetiva de sua presença ali os dois exploradores deixaram suas inscrições na hoje conhecida Pedra Branca: –JFL – JHE – 1846.

Seguida de outra exploração, o cartógrafo americano acompanhou o curso do rio Congonhas desde a sua nascente e assim o nomeou pela abundância de erva-mate, de folhas diminutas, em suas margens. Logo percebeu que esse rio não seria útil para navegação, nem manifestou interesse nas riquezas naturais de suas margens. Situa-se seu interesse na necessidade de abastecimento de animais para o sudeste, o que define a premência da expansão da rota com o Mato Grosso. O negócio de animais era um negócio altamente lucrativo, pois supriam necessidades alimentícias, vestuários e de transporte. Os envolvidos no negócio angariavam, além de altas somas, prestígio social e político relevante. Para onde o Barão de Antonina enviava seus contratados a estabelecer rotas, esses encontravam e demarcavam novas terras, adquiriam novos pastos para o gado, estabeleciam entrepostos e iam fazendo contato, sempre violentos e expropriadores, com tribos indígenas.

Pode-se perceber que as relações econômicas dessa natureza prescindem de preocupa-

² Em entrevista concedida em 05/05/2011.

³ O Professor Ms. Roberto Bondarick cita o Manho.

ções educacionais ou escolares. Em Expedição de Reconhecimento no ano de 1845, Elliot e Lopes exploraram os Campos do Paiquerê⁴ e continuaram seguindo a rota do rio Ivaí, nos relata Bondarick⁵.

O Império brasileiro teve com o Paraná a mesma relação de exploração e de ocupação seguindo os expressos interesses econômicos no mesmo diapasão da tradição expropriatória tradicional: mão-de-obra escrava ou mercenária, relações de trabalho exploratórias, produção monocultural em escala, abastecimento de mercados externos e identidade fundiária de grandes fazendas (latifúndio).

O Paraná alcançaria sua suposta independência em 1853 e reconstituiria, em escala estadual, as mazelas e contradições da economia e política imperial; exploratória, extrativista, predatória e sem condições orgânicas de sustentação produtiva. Nessa matriz de produção das condições de vida material, centrada na exploração da terra e de suas riquezas, combinadas entre si de maneira inorgânica e desarticulada, não há espaço para o reconhecimento da educação e da escola como direitos. Essas atividades econômicas de natureza pré-capitalista não sustentam a necessidade de uma supra estrutura educacional, pois configura um conjunto de relações, econômicas, políticas e sociais de exploração.

2. A Primeira República e a política do café: a ocupação migratória das fronteiras fluviais e o esplendor do –ouro verde.

A Primeira República (1889-1930) não alteraria a identidade matricial de ocupação da região paranaense do Norte Pioneiro. Conhecida como República do Café-com-Leite ou República dos Coronéis, baseada na Política dos Governadores ou ainda na sustentação das oligarquias regionais, esse período histórico da economia e política brasileiras é marcado por tensões de natureza econômica e política que reverberavam as contradições do mundo externo e as fissuras da realidade singular do Brasil na ocasião.

O historiador Sodré (1976) afirmou que foram anos de –tensão e instabilidade||, elencando desde a Guerra de Canudos (1897), o cangaço (1924), as revoltas tenentistas (1922), a formação do Bloco Operário-Camponês (1924), a fundação do Partido Comunista Brasileiro (1905), a Guerra do Contestado (1914-1916) as lutas pela organização anarcossindicalista em São Paulo nas greves de 1917 e 1919, a Semana da Arte Moderna (1922), para ficar nos principais fatos, como destaques dessa conjuntura.

Uma - república marcada pelo oligarquismo coronelista que a antecederia e baseada nas

⁴ Palavra indígena que quer dizer campos lindos, com rios de águas puras que correm por verdes vales entre árvores frutíferas).

⁵ Professor Ms. Roberto Bondarick nos fala do significado indígena da palavra Paiquerê.

mesmas estruturas econômicas de exploração pré-capitalista, a economia de base agrária, a mão-de-obra próxima da condição de escravidão, diferenciada somente por uma tutela formal juridicamente definida, distante da realidade material e vivencial das camadas pobres ou populares, que compunham a grande maioria excluída das disposições do novo regime republicano.

Com a retração do mercado internacional pelos impactos da Primeira Guerra (1914-1918) e a alta no mercado de café, acelerada desde 1906, espocando na Bolsa de Valores de Londres, que controlava o comércio internacional desse produto chamado de –ouro verde, teremos um novo cenário para as férteis terras do Paraná. A saturação da economia agrária e a necessidade de controle, para evitar as crises de desestabilização dos preços por uma alta de produção fez com que o governo impusesse o Edito de Taubaté (1906), proibindo a plantação de Café no estado de São Paulo como medida de prevenção dessa suposta superprodução. Nunes (1998) aponta que essa medida foi inócua.

Os grandes produtores, ávidos por lucros, transpuseram o rio Itararé e o rio Paranapanema, buscando uma região imune ao - perigo da geada||, que viesse a colocar em risco seus investimentos no - ouro verde. Essa região, amplamente pesquisada, sustentada por pareceres técnicos de geógrafos ingleses, como ainda nos relata Nunes (2002), foi identificada como o Norte Pioneiro: um quadrilátero produtivo e fértil entre o rio Itararé, o grande Paranapanema, o Ivaí e o Tibagi. Eram os quatro-cantos do mundo que limitavam a terra prometida do ouro verde e da madeira, da fartura e da riqueza, ainda que para poucos essa realidade tivesse sido verdadeira ou acessível.

Com quanto tenha, havido iniciativas tópicas de diferentes naturezas, variando de postos militares a fronteiras geográficas, missões e fazendas, interesses de exploração de madeira e carvão (Sengés, Jaguariaíva, Irati), de um lado, localizadas antes da esplanada dos Campos Gerais (atual região que vai de Castro, passando por Ponta Grossa até próximas cidades de Curitiba), e de outro abriam-se novos territórios, coordenados por itinerários de atividades econômicas tradicionais; extrativismo, gado extensivo, plantações de – roças, suinocultura sazonal, milho, mandioca, entre outras; a economia do CAFÉ superava a todas as demais culturas e tomava as terras, conclamava trabalhadores, convocava braços fortes de todos os rincões do Brasil, com deslocamentos destacados até de grupos étnicos internacionais (japoneses, indianos, ingleses, escravos), para ficar nos principais ciclos migratórios, coloria a diversidade ocupacional do próspero Norte Pioneiro, na feliz expressão de Mattos (2001).

O ouro verde entrava triunfante no Norte Pioneiro e marchava em direção retilínea para a - pequena Londres -, hoje denominada Londrina, em preclara identidade desse aglomerado urbano escolhido para sediar a ocupação nas Terras do Norte mercantilizadas pelo capital inglês, a Companhia Inglesa de Povoamento do Norte do Paraná, conforme registram Nunes (2002) e Wachovicz (1995).

O ouro verde vencera as economias mini fundiárias de subsistência que ali se estabeleceram em cumulativas esteiras ocupacionais. Tudo rescendia ao cheiro do café, o agradável aroma

da riqueza e da promessa de um mundo exitoso.

3. Entre a - Nova Londre e Ourinhos: A próspera cidade mercantil de Cornélio Procópio e a necessidade da legitimação escolar.

Não há muitos estudos sobre a formação econômica do Paraná dentro de uma concepção de história que incorpore novos conceitos e novas disposições epistemológicas e contextuais. A maioria dos estudos referenciais limita-se aos descritivos atos formais de criação e aos movimentos legais e documentais que marcam a historiografia tradicional. Ainda assim prevalecem algumas questões, muitos estudos e análises de documentos, ainda que intencionalmente inovadoras, alguns aventados ensaios de história econômica, permanecem presos a uma lógica etapista própria de concepções estruturalistas de economia, cultura e sociedade. Essa parece ser uma dificuldade epistemológica e política de longo alcance e densidade. Não nos cabe aqui cotejar essas diferentes concepções de história e de economia.

Na trilha de nossa contextualização metódica decidimos focalizar os movimentos que deram origem ao lastro ocupacional do Norte Pioneiro do Paraná e seus ciclos econômicos principais. A década de 1920, a década pós-primeira guerra, exige a substituição das importações, operada nos grandes centros, demanda ainda mudanças políticas denotadas pela instabilidade desse período republicano, em seu eixo central, mas, contraditoriamente, possibilita o surgimento de estirões econômicos periféricos, na acepção de Nunes e Mattos (2002).

A iniciativa de povoar o Norte do Paraná, expressa pelos grupos empresariais ligados à economia cafeeira sob controle internacional, com as propostas de loteamentos de terras e assentamentos produtivos de natureza patronal, além de expulsar os remanescentes núcleos indígenas, solapa amplamente as economias agrárias de perfil subsistente. A construção de uma estrada de ferro que ligasse Londrina, no Paraná, a Ourinhos, na - entrada noroeste do estado de São Paulo, era uma iniciativa de grande porte, destinada a movimentar interesses econômicos, políticos e sociais de grande envergadura. Wachovicz (1987) e Bondarick (2008) guardam leituras divergentes desse processo ocupacional, econômico e cultural.

A ferrovia planejada deveria cortar o Norte Pioneiro e sua vocação projetada era dar origem a diversas e esparsas ocupações tópicas, de modo a engendrar e legitimar - se não for muita ousadia, - fecundar|| - a criação de povoados e cidades, erigindo alguns e fortalecendo outros. Essa pode ser a compreensão do significado e dos impactos do planejamento e construção do braço da ferrovia Sorocabana e Alta Paulista com a implantação da Rede Ferroviária Paraná-Santa Catarina (1930), já identificando sua destinação grandiosa e missão desafiadora. Para registrar, de maneira cabal, esse importante processo histórico e econômico, de modo que possa fornecer elementos fundamentais para a definição do contexto de referência, apoiamo-nos em Wachovicz (1995), que nos brinda com relatos de época, em esclarecedora exposição de motivos e cenários dos prósperos núcleos urbanos iniciais:

...] Os ingleses da Cia. De Terras Norte do Paraná haviam adquirido o controle da ferrovia São Paulo Paraná e seus trilhos aproximavam-se do Km 125, localidade que viria a ser Cornélio Procópio. Outra solução teria então de ser encontrada: ligar Santa Filomena ao Km 125. [...] Então melhoramos uma picada que havia na fazenda, espigão divisor do Ribeirão do Veado com Palmital, e saímos até o início de uma estradinha da Companhia Barbosa que ligava uma gleba que eles estavam loteando no Rio Congonhas até Cornélio Procópio. Nesse local havia um outro posseiro conhecido por Cornélio Gustavo Bresser. Esse homem mantinha a sua posse de terras de arma na mão e os embargaram a passagem. Então deu uma certa demora até que conseguimos fazer a passagem e seguirmos para Cornélio Procópio. Lá ninguém falava Cornélio Procópio, era Km 125 [...]. Em 1932, nós conseguimos abrir o resto da estrada. [...] Nos anos de 1932 e 1936, Francisco da Cunha Junqueira havia adquirido 4.800 alqueires de terra no norte Pioneiro, localizadas na antiga Fazenda Laranjinha. Francisco Junqueira era um político paulista. Envolveu-se na revolução paulista em 1932, como secretário de Pedro Toledo. Foi deportado por Getúlio Vargas para Portugal. Dificuldades financeiras obrigaram-no a desfazer-se dessas glebas. Mas, antes de vendê-las, planejou o parcelamento em propriedades menores. A um dos núcleos denominou Santa Mariana, em homenagem a sua mulher (Dra. Nita) e outro, de Cornélio Procópio, seu sogro. Não havia ainda iniciado as vendas das terras parceladas, quando vendeu a gleba ao coronel Francisco Moreira da Costa e Antonio de Paiva Jr. A razão social ficou registrada como Paiva & Moreira, que ficou com a parte da Sta. Mariana e ao Paiva ficou Cornélio Procópio. [...] No intervalo de tempo entre o domínio de Junqueira, que iniciou a abertura das ruas de Cornélio e o de Paiva, muitas ruas foram invadidas por ranchos, casinhas provisórias etc. Cornélio estava se transformando numa espécie de favela, sem obedecer a qualquer planejamento. Os novos proprietários colocaram ordem no novo núcleo nascente. A colocação de uma estação férrea na localidade pelos ingleses veio estimular o jovem núcleo. Em torno da Estação surgiram casas dos engenheiros, casebres dos operários, quadra de tênis dos ingleses, etc. Os ingleses montaram escritório na localidade e construíram um hospital nos anos de 1931 e 1932. Todas as casas dos ingleses eram pré-fabricadas, de tal forma que, quando foram desmontadas, acompanhando a ferrovia, o núcleo de Cornélio Procópio quase desapareceu. [...] Na década de 1930, não havia banco nem em Cambará. José Tavares Paiva para depositar o dinheiro arrecadado, fazia-o em Ourinhos; mandou fazer uma guaiaca de pano, amarrava-a na barriga e ia pela São Paulo-Paraná, depositar o dinheiro na conta em Ourinhos. [...] Cornélio cresceu rapidamente. Dependia administrativamente de Bandeirantes. Em 1938 iniciaram-se as reuniões políticas e de interessados para criar o município. Era o período da ditadura do Estado Novo. [...] [...] Sólidos argumentos procriação do município foram elaborados numa excelente exposição de motivos por parte de Benjamim Soto Maior. Estava ali resumida toda a evolução econômica e demográfica, bem como as perspectivas do futuro município [...]. (WACHOVICZ, 1995, p. 151-155).

Este extenso relato identifica a motivação e os percalços do aglomerado urbano circunstancial que se formara entre Ourinhos e Londrina, o eixo de nossa reflexão e o palco de nossa investigação sobre a identidade de uma pequena escola de formação de professores, definida como

medida imediatista, face ao vertiginoso movimento de ocupação populacional na jovem cidade. Os dados sobre o número de casamentos na emergente cidade e comarca ilustram essa estatura, a motivar a investigação sobre a necessidade de —escolas de ler e escrever no povoado.

Tabela 1 - Cornélio Procópio (PR). Naturalidade e porcentual da procedência da População

Ano	PR	SP	MG	Outros Estados	Estrangeiros	Indeterminados	Total
1935	15.7	50.0	20.0	4.3	8.6	1.4	100
1940	23.6	48.6	23.3	7.3	1.8	1.4	100
1950	12.0	47.0	32.0	5.4	3.6	-	100

Fonte: Wachovicz (1995, p. 155).

Com tais contextualizações, articuladas entre si, acreditamos ter constituído um suficiente referencial para entender a originária identidade do povoamento o Paraná, Norte Pioneiro e do núcleo denominado Cornélio Procópio, nos anos 1930.

Sua vertiginosa ascensão entre os anos 1940 e 1950, como decorrência direta de políticas econômicas determinadas pela ruptura liderada pela Revolução de 1930 e pelos impulsos da nova hegemonia urbano-industrial dos centros decisórios do Brasil, combinados a nichos agrários em áreas e produtos vitais, como o café, justificaria a preocupação de ilustrar a cidade com uma escola de —formação de professoras|| para as crianças e para a grande multidão de jovens e adultos, migrantes de outros cantões de economias decadentes, o Nordeste canavieiro, as Minas Gerais auríferas e leiteiras esgotadas, o sul pastoril, os blocos de trabalhadores do —interior paulista que, em levadas sucessivas, chegavam à Estação de Cornélio Procópio trazendo em seus pobres trajes e sacos de tralhas muito mais esperanças do que bens reais. O café impulsionava os trilhos das estradas de ferro e adensava a expectativa de ciclos migratórios internos, remanescentes de etapas esgotadas de atuação econômica, desde as bases coloniais, apontando para novas possibilidades de cultivo e de formação social e decorrente do avanço da economia na região, a necessidade de escolas de formação docente.

Considerações finais

Reconhecemos a necessidade de aprofundar essa viagem investigativa e reflexiva. Trata-se de referenciar as possibilidades e contradições vivenciadas e observadas. Em face do contexto histórico e geográfico no qual se situam as instituições escolares a serem pesquisadas, partiu-se da análise de estruturação socio política durante o ciclo de colonização do Norte do Paraná. Em específico, na microrregião protagonizada pela liderança regional da cidade de Cornélio Procópio,

buscando decifrar as relações orgânicas entre economia e escolarização, suas filiações e derivações.

A cidade e a escola inserem-se no mesmo contexto histórico e, portanto, preservar a memória das instituições escolares pressupõe fazê-lo em relação à mesma concretude socioeconômica: o estado, a região, a cidade, o entorno das instituições escolares que fizeram parte de sua história, tal como nos adverte Gonçalves e Faria Filho (2005). Assim, a intenção de reconstituir as trilhas da história abarcou a demanda normativa institucional emanada do governo, a forma de gestão política e econômica vigente naquela conjuntura, as formas e disposições de trabalho refletindo-se no cotidiano da unidade escolar. Através da recuperação das fontes documentais, da leitura e compreensão da organização dos tempos e ações, da ocupação do espaço geográfica, seja o local de nos foi possível visualizar o processo parcial de avaliação criteriosa da história regional.

Também destacamos nosso manejo com fonte oral, a coleta de dados as ressonâncias e memoriais que buscam elucidar as relações e contradições dos saberes e do poder de uma época. A investigação sobre a história nos remeteu a percepção das famílias do campo a época, sua cultura e expectativas e constituíram importantes elementos na reconstrução histórica social.

Muitos dados contribuíram para delinear o perfil da região, configurando-se uma representação significativa da relevância social do trabalho prestado pelas comunidades e as impressões da própria comunidade na qual os povoados se inseriam. E assim também pudemos reconstituir historicamente alguns traços da economia a época o que demandou compreender o perfil da população a época, sua formação humana, escolarização e suas condições de trabalho, podendo desta forma olhando o passado compreender as condições materiais e de produção da população regional. Intentar realizar uma pesquisa histórica exigiu recuperar o percurso, olhar para trás, sair de si mesmo, entender que a história é feita de homens construídos historicamente, que se movem, agem e se transformam, portanto, a história não está pronta e acabada, é viva e dinâmica.

Os fatos históricos passados são determinantes para alguns e condicionantes para outros, e nisso nos situamos, buscando entender as razões e as direções que esta história produziu, precariedade que se faz necessária para entendermos a realidade, compreendendo a história como a própria construção da realidade. Para tanto, fez-se necessário resgatar a memória e os sujeitos que contribuíram para sua concretização, o esforço de recuperar a história regional, inserida num contexto estadual, procurando demonstrar como a realidade é historicamente constituída, de modo a dar conta do engendramento social, político e econômico, de sua ocupação até sua consolidação geopolítica e econômica.

Analisar as relações estabelecidas, do particular para o geral, permitiu situar as classes sociais que demandaram, Gatti Júnior (2002), há um intrínseco relacionamento entre os sujeitos sociais, a pessoa, sua família, a comunidade, a Igreja, a escola, os grupos de convivência e todos estes articulam-se precipuamente com a escola; reconstituir a história pressupõe percebê-las.

A materialização da história passada, buscando de reconstituir uma espécie de dossiê vivo, com documentos diversos, tais como citações, gráficos, quadros, imagens, fotos, depoimentos de pessoas que viveram esta história, as quais atuam como fonte científica, somos tomados de um sentimento de leveza e gratuidade, uma sensação de dever cumprido, que nos permite afirmar que, compreender a história de uma dada instituição escolar, significa agregar esforço de construção de uma imagem social à própria realidade da escola, que se afirma como memória, como assevera Werle (2004).

Ressaltando que a possibilidade de intervenção na realidade, provocando possível mudança na concepção de história contextual, apresenta-se como coluna inspiradora de nosso escopo político, com razões especificadas por meio das ações desenvolvidas nas diversas etapas da pesquisa: a pesquisa bibliográfica, o levantamento de fontes primárias, a morosa aplicação de questionários ao entrevistado, entendemos que nosso esforço foi fecundo e revelador. Acabou decifrando a multiplicidade de dimensões que compõem a realidade e a história na qual se inserem as Instituições Escolares preenchem a lacuna ou ausência da concretude socio, política e econômica nas pesquisas da História da Educação da região. Igualmente, de forma original e por vezes profundamente exigente, tivemos que manejar diferentes fontes e técnicas, de modo que ao pesquisar acabamos aprendendo a pesquisar, a forjar nossas ferramentas e criar nossos cadinhos

Na medida em que avançávamos na pesquisa bibliografias, documentos, na coleta de depoimento, na compreensão e nas discussões sobre as políticas públicas no contexto pesquisado com os entrevistados, detectamos inúmeras outras informações absolutamente novas, provenientes das fontes ali qualificadas. Para registrar e analisar as experiências de estudo e pesquisa optou-se pela metodologia da pesquisa histórica, através da análise e descrição dos fatos a partir do contexto da época. Na busca de fundamentação teórica o estudo teve como base vários autores que fundamentaram esse estudo, para ficar nos principais interlocutores. Mas não tomamos uma atitude fechada e estreita, assumimos linhas de diálogos com autores e sujeitos de diferentes eixos epistemológicos e investigativos, numa constante tensão e superação, com respeitos e peculiaridades. Só se pode dialogar com o que é diferente.

Partindo do conceito de História, História da Educação e história das instituições escolares inseridas no contexto social, os fatos históricos que logramos coletar e investigar foram reconstituídos através da pesquisa planejada e executada, seguida da reflexão interpretativa criteriosa e da presente teorização do tema. Diante da necessidade se entender realidades e conceitos, procuramos pesquisar as lacunas sociais, demandadas pela história, e finalizamos na presente dissertação a trajetória empreendida.

Considerando as fontes, primárias e orais, como base de toda pesquisa deste aporte, a reflexão sempre procurou estabelecer a análise contextual nacional, estadual e regional, discutindo um pouco das suas inspirações da população e, nesse processo, fomos descobrindo algumas medidas pontuais que revelassem a base da formação da região, dispositivos e alcances. Na intenção de dar ao estudo um caráter de inserção social, muitos dos textos indicados e discutidos

nas disposições do mestrado fundamentaram paralelamente a pesquisa. As temáticas seguintes: a História, a História da Instituição Escolar, a trajetória da emancipação do Paraná, a questão das Fontes Históricas, entre outros temas e campos reflexivos, fundamentaram teoricamente partes essenciais desta pesquisa.

Por último, mas não como fim, consideramos que a preservação de fontes nos municípios, por meio de sua organização institucional, precisa ser fruto de um aprendizado coletivo e que poderá desenvolver-se a partir da IES como por exemplo um GT, Grupo de Trabalho e Pesquisa para se discutir a Educação como tema central na História e não a História da Educação como uma especialização, ou seja, um grupo que pretenda investigar a dimensão histórica de forma mais totalizante, como história social, história social do trabalho, história coletiva, história da educação, história das instituições escolares. Alguns exemplos de institucionalização desses possíveis grupos de investigação já existem em nosso meio e realidade no norte do Paraná, com uma significativa proposta e disposição de estudos dessa natureza.

Referências

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1824*. Disponível em: Acesso em: 17 jul. 2011.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937*. Disponível em: Acesso em: 17 jul. 2011.

_____. *Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946*. Lei orgânica do ensino normal. Disponível em: 2011.

TBRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. Tradução de J. Ginzburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva: 2005.

CASTANHA, A. P. *Escolas normais no século XIX: um estudo comparativo*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 32, p. 17-36, dez. 2008. Disponível em: Acesso em: 4 jul. 2011.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, E. J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

- LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LENHARO, A. *A sacralização da política*. Campinas-SP: Papirus, 1986.
- LOPES, E. M. T. *Perspectivas históricas da educação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *A educação rural no México*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 18, n. 45, p. 108-198, 1952.
- MAGALHÃES, M. B. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MATTOS, C. *História do Brasil, emancipação e cultura*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 2001.
- NUNES, C. *Educar para a emancipação*. Florianópolis-SC: Editora Sophos, 2003.
- _____. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1998.
- OLINDA, N. *História da educação no Brasil: o debate historiográfico*. Campinas SP: Ed. Alínea, 2005.
- PILOTTO, O. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paranaense*, v. 24, 1974.
- PINSCK, C. B. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.
- PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAMOS, R. T. *Nomes próprios de origem Tupi no Brasil do século XIX*. 1999. Dissertação (Mestrado) – UFBA, Salvador, 1999.
- REIS, J. C. *A história entre a filosofia e a ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RUSEN, J. *Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da —nova transparência*||. Revista História, Questões e Debates, Curitiba, ano 12, n. 20-21, 1997.

SANFELICE, J. L. *Dialética e pesquisa em educação*. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D. *História e história da educação, o debate teórico-metodológico atual*. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Org.). *História e história da educação*. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

SODRÉ, N. W. *Formação histórica no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

STECA, L. C. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: Ed. UEL, 2008.

TRINDADE, E. M.; ANDREAZZA, M. L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba PR: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná).

TRINDADE, E. M. C. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 20-21, jun./dez. 1990.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2010.

VON BEHR, M. *Guarakessaba – Paraná – Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

WACHOWICZ, R. C. *Norte velho: norte pioneiro*. Curitiba-PR: Gráfica Vicentina, 1987.

_____. *História do Paraná*. Curitiba-PR: Editora Gráfica Vicentina, 1995.

LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). *Fontes, história e historiografia do Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

Artigo Recebido: 26/10/2020

Aprovado em: 25/11/2020

Publicação: Dezembro de 2020